

EXPRESSÕES DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO DEBATE PARA O SERVIÇO SOCIAL

EXPRESSIONS OF THE RACIAL QUESTION IN BRAZIL: THE IMPORTANCE OF THE DEBATE FOR SOCIAL WORK

Mathaus Nascimento Caricate

Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO

O presente trabalho se trata de um ensaio produzido para o entendimento da sociedade acadêmica, mais especificadamente do curso de Serviço Social e da necessidade do aprofundamento no debate sobre a questão racial no Brasil. Por isso, apresentamos três aspectos da formação sócio-histórica do Brasil, para compreensão sobre a construção da identidade histórica da população afro-brasileira.

Palavras-chave: Racismo. Universidade. Serviço Social.

ABSTRACT

This paper is an essay intending to understand the academic society, specifically the Social Work graduation and the need to develop the debates about the Racial Question in Brazil. For this reason, we present three aspects of the socio-historical formation of Brazil, for the readers' understanding of the construction of the historical identity of the Afro-Brazilian population.

Keywords: Racism. University. Social Work Graduation.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social desempenha historicamente sua função social nos conflitos resultantes das relações sociais entre as classes. Assim explica o professor titular do curso de Serviço Social e Superintendente de Pesquisa da Universidade da Amazônia, Hélder Boska de Moraes Sarmiento em seu artigo “Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica” publicado em 2002 na revista KATÁLYSIS. Sendo assim o Serviço Social vem desempenhando uma função sócio institucional no âmbito do Estado, setor privado e sociedade civil, trabalhando na gestão das políticas públicas e em parceria com a “consolidação da igualdade de direitos e da equidade social e contra todas as formas de expulsão social”(SARMENTO, 2002, p. 116).

Ao se comprometer com as “demandas das classes subalternas” e se aproximar da ideologia marxista conforme Sarmiento (2002, p. 117):

Privilegia, nessa nova concepção, a compreensão da emergência do Serviço Social como profissão resultante da relações sociais que pecoiliarizam o momento e processo histórico das sociedades, particularmente o conjunto das relações de classe na sociedade capitalista.

Ou seja, o Serviço Social começa a ser notado dentro do conjunto dos mecanismos constitutivos de um projeto de controle social de bases políticas e sociais definidas (SARMENTO, 2002). Enquanto profissão é situada na mediação das expressões da Questão Social e ampliando em sua dimensão ocupacional. Conforme com a determinação de Sarmiento (2002, p. 117):

A prática profissional assume como função sócio-institucional predominante a reprodução da força de trabalho, atuando em espaços sócio-ocupacionais destinados aos setores expropriados de seus direitos, excluídos das condições de reproduzirem-se impedidos de garantirem suas necessidades básicas.

Diante das lutas travadas no cotidiano da conjuntura antagônica aos interesses dos trabalhadores, a “questão social” se emerge para

tais conflitos de interesses. Pois como nos diz Octavio Ianni em seu texto “A Questão Social” (1991); “Nas épocas de crise, a questão social se torna mais evidente, como desafio e urgência.”

Neste sentido para termos entendimento da necessidade de aprofundamento da discussão sobre a Questão Racial no processo de formação do Serviço Social, citarei 3 elementos da História brasileira que refletem ainda na realidade do negro no Brasil. Uma vez que a nossa história desde a chegada de nossa ancestralidade ao que se chamava de Novo Mundo, é marcada por exploração, abusos de todos os tipos, agressão, resistência e uma luta que se parece interminável contra o racismo embranquecedor sistematicamente estruturado neste país.

2 A COLONIZAÇÃO

De imediato a exploração da *Nova Terra* teve seu início com a exploração da mão de obra indígena seguido pela diáspora dos povos africanos trazido pelos portugueses no tráfico transatlântico humano, marcando a chegada dos trabalhadores africanos escravizados, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. (NASCIMENTO, 1978)

Em 1530 os povos sudaneses, guineos-sudaneses, muçulmanos e bantus tragos sob correntes, já exerciam a sua “força de trabalho” forçado. A origem dos escravizados, de acordo com o historiador Antonio Gasparetto Junior em seu texto *Origem dos Escravos Africanos* (2009), se estendia pela costa oeste da África, passando por Cabo Verde, Congo, Quíloa e Zimbábue. (GASPARETTO, 2009)

Passando para 1535, onde o comércio escravagista para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes (NASCIMENTO, 1978). Segundo afirma Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil* (1969): “Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais” (HOLANDA, 1969). Pois para que houvesse uma produção de grande escala dentro das lavouras

açucareiras que iniciaram sua produtividade no Nordeste brasileiro, foi necessário a exportação coagida de trabalhadoras e trabalhadores escravizados – adultos e crianças de ambos os gêneros - para exploração latifundiária no solo fértil da colônia portuguesa.

3 SISTEMA ESCRAVOCRATA RACIAL

No Brasil, no período de 1501 a 1600, o número estimado de trabalhadores e trabalhadoras escravizados trazidos do tráfico humano transatlântico era de 154.191 africanos – Dados tirados do site *slayvevoyage* - para exercerem sua “força de trabalho” nos engenhos de açúcar. Conforme aponta Abdias do Nascimento em seu livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*:

“Só a Bahia, lá por 1587, tinha cerca de 47 engenhos de cana-de-açúcar, fato que bem ilustra a velocidade expansionista da indústria açucareira desenvolvida com uso da força muscular africana.”(NASCIMENTO, 1978, p. 58)

Logo o papel do negro escravizado foi definitivo para o início da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, “[...] sob o signo do parasitismo imperialista” (NASCIMENTO, 1978, p. 59). Sem o negro, a estrutura econômica do país jamais teria existido.(NASCIMENTO, 1978). “O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou, e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca (NASCIMENTO, 1978).

Os trabalhadores africanos escravizados sempre confrontaram a instituição da branquitude europeia, “negando fatalmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética *aptidão natural* ao trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto daquela condição que fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta.”(NASCIMENTO, 1978) Também houveram tentativas pacíficas de manifestar sua inconformidade com o sistema.

Na história da luta pela independência do Brasil temos a presença de muitos africanos e seus descendentes engajados na luta de emancipação do país, já que entendiam que aquele sistema da colônia imperial era responsável pela sua escravização. A Conjura dos Alfaiates, esmagada na Bahia em 1798, arrolava em seus quadros, negros e brancos. (NASCIMENTO 1978). Entretanto, quatro descendentes africanos, Luiz Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus Nascimento e Manuel Faustino Santos Lira, presos no meio dos outros revoltados contra Portugal, foram os únicos condenados à morte. Após serem enforcados em concorrida execução pública, seus corpos foram esquartejados, pendurados na via pública, e seus descendentes declarados malditos para sempre. (NASCIMENTO, 2009)

Ainda assim o discurso eugênico de sobreposição da raça velava o ideal xenofóbico, egocêntrico, machista e racista do homem branco. Desde o início do sistema escravagista lusitano, foram criados alguns mitos na tentativa de “humanizar” a escravidão portuguesa. Ou seja, o discurso da atual “democracia racial” já começa a ser construído para velar o racismo estruturado pela Igreja Católica e o Império de Portugal, sendo sistematizado ao longo da história do Brasil.

4 ESTRUTURAÇÃO DO RACISMO

Foi através desta sistematização social do racismo luso-brasileiro que ele conseguiu desfrutar por séculos da fama, sobre tudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. (NASCIMENTO, 1978) Tudo graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para desfazer sua fundamental violência e crueldade. (NASCIMENTO, 1978)

Os vícios utilizados para esse disfarce foram à mentira e dissimulação. Sendo assim para explicar os meios que os Portugueses usaram para provar a benevolência e sua relação amigável com os povos africanos, conforme citado por Abdias do Nascimento (1978)

foi a designação “Províncias de Ultramar” em Angola, Maçambique e Guiné Bissau; como as leis do chamado *indigenato*, proscrevendo, entre outras indignidades, a assimilação das populações africanas à cultura e identidade portuguesas (NASCIMENTO, 1978). Essa rubulice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano (NASCIMENTO, 1978). Nesta época o regime político de Salazar e Marcello Caetano consideravam que esses territórios não eram colônias, mas sim parte integrante e inseparável de Portugal, considerando-o como uma “*Nação Multirracial e Pluricontinental*” (GORJÃO, 2005).

Outras distorções da realidade são comuns no “Mundo que o português criou”, sempre na tentativa de erigir uma fachada mascarando a ideologia imperialista branca (NASCIMENTO, 1978). Tal ideologia também é apontada por Abdias (2016): “Não são fatos apenas do passado. Nos dias de hoje, no Brasil, herdeiro das tradições escravagistas de Portugal, pratica-se impunemente falsificações dos fatos históricos.” Dante de Layatano, por exemplo, em publicação oficial do Ministério da Educação e Cultura na Campanha de Defesa do Folclore de 1968, afirma que:

A entrada do negro no Brasil foi simultânea com a descoberta do país. Ele conhecia a escravidão, cultivava-a e praticava-a como um sistema político. A Escravidão era praticada na própria África. Os próprios africanos transplantaram-na para a América.

Aqui temos, reunidos à agressão, o desrespeito humano e histórico, com um evento normal, já que se pratica tudo isto com frequência e extensamente (NASCIMENTO, 1978). Ou seja, tais práticas já eram exercidas por vários povos como na Grécia, em Roma, na Europa feudal (de forma residual) e no Oriente. Sendo a colonização do Brasil um sistema baseado na *eugenia* onde o discurso era estruturado dentro das relações raciais de forma hierárquica onde a raça branca defendia sua superioridade em relação à raça negra, outra diferença foi o tráfico negreiro atlântico que acompanhava a expansão marítima.

Desta forma os vestígios desse sistema desumano e da discriminação racial continuaram a ser sistematizados conforme a formação sócia histórica do Brasil, sendo cada vez mais velado pela branquitude que sofre com a dificuldade de reconhecer o seu racismo e assim toma o lugar de fala do negro, e ainda oincrimina por “racismo reverso”.

Quanto a isso trago uma inquietação ao povo branco que tenta legitimar o racismo reverso:

- Quando foi que o povo branco teve leis que criminalizasse a sua cultura, religião, e cor, no Brasil?

Pois os negros dessa sociedade foram perseguidos pelo Estado e sociedade civil branca desde o passado ao presente. Dentro do espaço acadêmico nossa permanência se torna cada vez mais em uma fina corda bamba, onde lutamos juntos para que ela não se arrebente. O acesso a bolsa permanência é sempre cheio de obstáculos e constrangimentos devido aos critérios estabelecidos pelos editais. Além de abusos racistas por parte dos setores administrativos acadêmicos, contra aos estudantes negros. Afetando o nosso psicológico e frequência, porem este mesmo espaço universitário adora usar nossa realidade, nossa dor e nossa cultura em seus estudos e pesquisas para conseguir seus respectivos títulos acadêmicos, e causando mínimas mudanças nas relações raciais.

Logo do aprofundamento no debate da Questão Racial dentro da profissão de Serviço Social, torna-se muito importante. Pois analisando estes três aspectos da formação da sociedade brasileira é notório que a população negra é parte de uma classe construída na base de opressões raciais que afetaram na construção de sua identidade histórica.

Existe também a necessidade de uma matéria em que a cultura do povo africano e afro-brasileiro, além da nossa contribuição para formação da sociedade brasileira seja o assunto central no curso do Serviço Social. Falamos das damas de caridade da Europa, mas não falamos das Damas do Ébano nos clubes negros ou das mães de santo que sempre se

preocuparam com a situação dos seus filhos no velho e novo sistema brasileiro, falamos da castidade e benevolência da Igreja Católica, mas não falamos das praticas das irmandades africanas que já se preocupavam com o direito ainda não existente à saúde, educação e liberdade da classe trabalhadora escravizada.

Precisamos ficar atentos à raiz colonial ainda presa no umbigo da nossa formação e cortar logo este cordão que nos prende a esta falsa democracia racial presente no Serviço Social brasileiro. Tivemos muitos avanços no entendimento da realidade brasileira, mas está na hora de avançarmos ainda mais em nossos estudos para entendermos a contribuição das etnias brasileiras para a construção da nossa profissão e não apenas olharmos para o nosso povo como apenas expressões da Questão Social.

REFERÊNCIAS

SARMENTO, H. B. M. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. In: CFESS; ABEPSS; CEAD (org). **Capacitação em serviço social e política social**: módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, 2000. v. 04.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

IANNI, O. Questão Social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.2-10, 1991. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

GASPARETTO JUNIOR, A. **Origem dos Escravos Africanos**. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/origem-dos-escravos-africanos/>>. Acesso em: 18 dez. 2009.

HOLANDA, S. B. **Raizes do Brasil**. 5 ed. Brasil: Livraria José Olympio Editora, 1969.

GORJÃO, P. Mudança de regime e política externa: Portugal, a Indonésia e o destino de Timor Leste. **Análise Social**: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, n. 174, p. 07-35, 2005.